



# Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

EDITAL DO LIII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DAS ATIVIDADES NOTARIAIS E/OU REGISTRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## CADERNO DE QUESTÕES DA PROVA ESCRITA E PRÁTICA 101 – ADMISSÃO

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- O candidato receberá do fiscal:
  - Um Caderno de Questões contendo as questões da Prova Escrita e Prática.
  - Um Caderno de Resposta Definitivo da Prova Escrita e Prática contendo **24 (vinte e quatro) páginas**, ou seja, **12 (doze) folhas**, sendo que:
    - **4 (quatro) páginas**, ou seja, **2 (duas) folhas**, são destinadas aos dados pessoais do candidato e às instruções da prova;
    - **4 (quatro) páginas**, ou seja, **2 (duas) folhas**, são destinadas a rascunho e texto definitivo da Dissertação;
    - **8 (oito) páginas**, ou seja, **4 (quatro) folhas**, são destinadas a rascunho e texto definitivo da Prova Prática;
    - **8 (oito) páginas**, ou seja, **4 (quatro) folhas**, são destinadas a rascunho e texto definitivo da Prova Discursiva, com **5 (cinco)** questões.
- Para realização da Prova Escrita e Prática, o candidato receberá caderno específico, no qual redigirá com caneta de tinta azul ou preta.
- A Prova Escrita e Prática deverá ser escrita à mão, em letra legível, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da **Cetro Concursos**, devidamente treinado, que deverá escrever o que o candidato ditar, sendo que este deverá ditar integralmente o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de acentuação e pontuação.
- A Prova Escrita e Prática não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro lugar que não seja o cabeçalho do Caderno de Resposta Definitivo da Prova Escrita e Prática, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, acarretará a anulação da Prova Escrita e Prática.
- Na Prova Prática, assine a Peça como **TÍCIO MERIUS**.
- Somente será permitida, na Prova Escrita e Prática, a consulta à legislação não comentada ou anotada, vedada a utilização de obras que contenham formulários, modelos e anotações pessoais, inclusive apostilas.
- A Prova Escrita e Prática terá duração de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo para elaboração e transcrição do texto para o Caderno de Resposta Definitivo da Prova Escrita e Prática.
- O candidato poderá se retirar da sala de prova após transcorridas **2 (duas) horas** do efetivo início da prova, entregando ao fiscal o Caderno de Resposta Definitivo da Prova Escrita e Prática e podendo levar o Caderno de Questões da Prova Escrita e Prática.
- O texto transcrito nos espaços destinados ao Texto Definitivo da Prova Escrita e Prática será o único documento válido para avaliação.
- Para rascunho, utilize o espaço destinado a ele, que é de preenchimento facultativo e não vale para finalidade de avaliação.
- Qualquer dúvida, chame o fiscal de sala.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato estava portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, ele será eliminado automaticamente do concurso.
- Após o término da prova, ao sair da sala de prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de realização das provas, não podendo permanecer nas suas dependências, bem como não podendo utilizar os sanitários.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.



CONCURSOS PÚBLICOS



## DISSERTAÇÃO

Disserte acerca das proibições de dispor no âmbito do Registro de Imóveis abordando, entre outros, os seguintes tópicos:

- a) Definição de proibição de dispor.
- b) Proibições de dispor legais, judiciais, administrativas e convencionais.
- c) Possibilidade de a proibição de dispor constituir uma espécie de modo ou encargo.

## PEÇA PRÁTICA

Duas pessoas (A e B), casadas entre si pelo regime da comunhão universal, se divorciaram e fizeram a partilha de seus bens. Em seguida, foi feito o registro da respectiva carta de sentença. No entanto, os imóveis persistiram em condomínio de partes iguais porque assim convencionou o casal. Passado algum tempo, a mulher decide vender sua parte de um dos imóveis (um terreno indivisível) e procura a Serventia com o comprador (C) para a feitura do competente instrumento extrajudicial de transmissão do domínio. O valor de mercado do terreno é R\$100.000,00 (cem mil reais), sendo este também o seu valor venal, pelo qual as partes decidem fazer o negócio com pagamento no ato. A matrícula do bem não aponta qualquer ônus e são apresentadas todas as certidões devidas. O ex-marido (B) não está presente e nem sabe da intenção das partes. Considerando a situação narrada, elabore o ato notarial adequado e justifique os emolumentos cobrados.

Os dados não fornecidos neste enunciado devem ser criados pelo próprio candidato para que a escritura fique completa, com **todos os elementos necessários** de acordo com as leis e demais normas, inclusive administrativas.

## DISCURSIVAS

1. Antônio pretende constituir uma sociedade simples com João, sendo que a participação de cada um no capital social foi delimitada em 50% (cinquenta por cento). Nas tratativas, João pretende integralizar a sua parte no capital social transmitindo os direitos decorrentes de um usufruto sobre um imóvel locado, cujo aluguel reverteria em favor da sociedade.

Desta forma, discorra sobre a possibilidade e a forma adequada de realizar tal integralização, se possível.

2. José foi até o Cartório de Protestos e Títulos de Florença Carioca para realizar o pagamento de um título, no qual figura como devedor. Enquanto aguardava ser atendido, resolveu fazer uma reclamação nos seguintes termos: “É um absurdo ter que esperar para ser atendido.” O Sr. Pedro, que atendia o balcão, respondeu para José nos seguintes termos: “Caloteiro tem mais é que esperar mesmo”.

Diante do narrado acima, discorra sobre a possibilidade de José fazer um pedido de indenização ao Cartório com fundamento no Código de Defesa do Consumidor, focalizando, no que couber, sobre as controvérsias referentes ao tema.

3. Explique o que se entende por filiação socioafetiva, apontando, pelo menos, 3 (três) referências do Código Civil à opção por esse paradigma.

4. Descreva o conteúdo do Princípio da Rogação no Direito Registral e, se existirem, as exceções.

5. Em relação ao Registro de Títulos e Documentos, considere a apresentação para registro um contrato de licença de invenção patenteada entre duas empresas que estão negociando tecnologia. Explique se é correto afirmar que o registro é suficiente para gerar efeitos para terceiros.